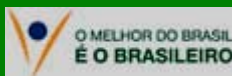




# Tercera Reunión de Expertos de Gobierno sobre Consumo y Producción Sustentables de America Latina y el Caribe

Managua, Nicaragua,  
3 – 5 de agosto de 2005



Ministério do  
Meio ambiente





# Produção Mais Limpa no Brasil



**Hélio M. U. Lôbo Filho**  
Técnico Especializado  
Coordenador da Unidade de P+L  
PRORISC / SQA / MMA



## Objetivos do Painel:

- Apresentar o estado da arte das ações governamentais de fomento a Produção Mais Limpa e Ecoeficiência no Brasil;
- Demonstrar os desafios do Governo Federal quando incentiva a iniciativa privada a assumir compromissos ambientais voluntários – P+L, Ecoeficiência e Gestão Ambiental;
- Apresentar as experiências das discussões público-privadas do P+L e Ecoeficiência no Brasil e no MERCOSUL.



# P+L e Ecoeficiência no MMA:

## Estrutura:

### 1. Comitê Gestor de Produção Mais Limpa (Foro Nacional de Discussão Público-Privado de P+L e Ecoeficiência).

- FOCO: Acompanhar as ações de GA e P+L implementadas no âmbito do Governo Federal e sugerir ações aos diferentes órgãos de Governo e iniciativa privada, considerando o desenvolvimento sustentável, qualidade ambiental, entre outros.

### 2. Núcleo de P+L na Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos.



# Atores Chave do Comitê Gestor de P+L:

## Governo Federal:

- Ministérios do Meio Ambiente; da Ciência e Tecnologia; do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; das Minas e Energia; das Cidades e da Fazenda, e o BNDES.

## Iniciativa Privada:

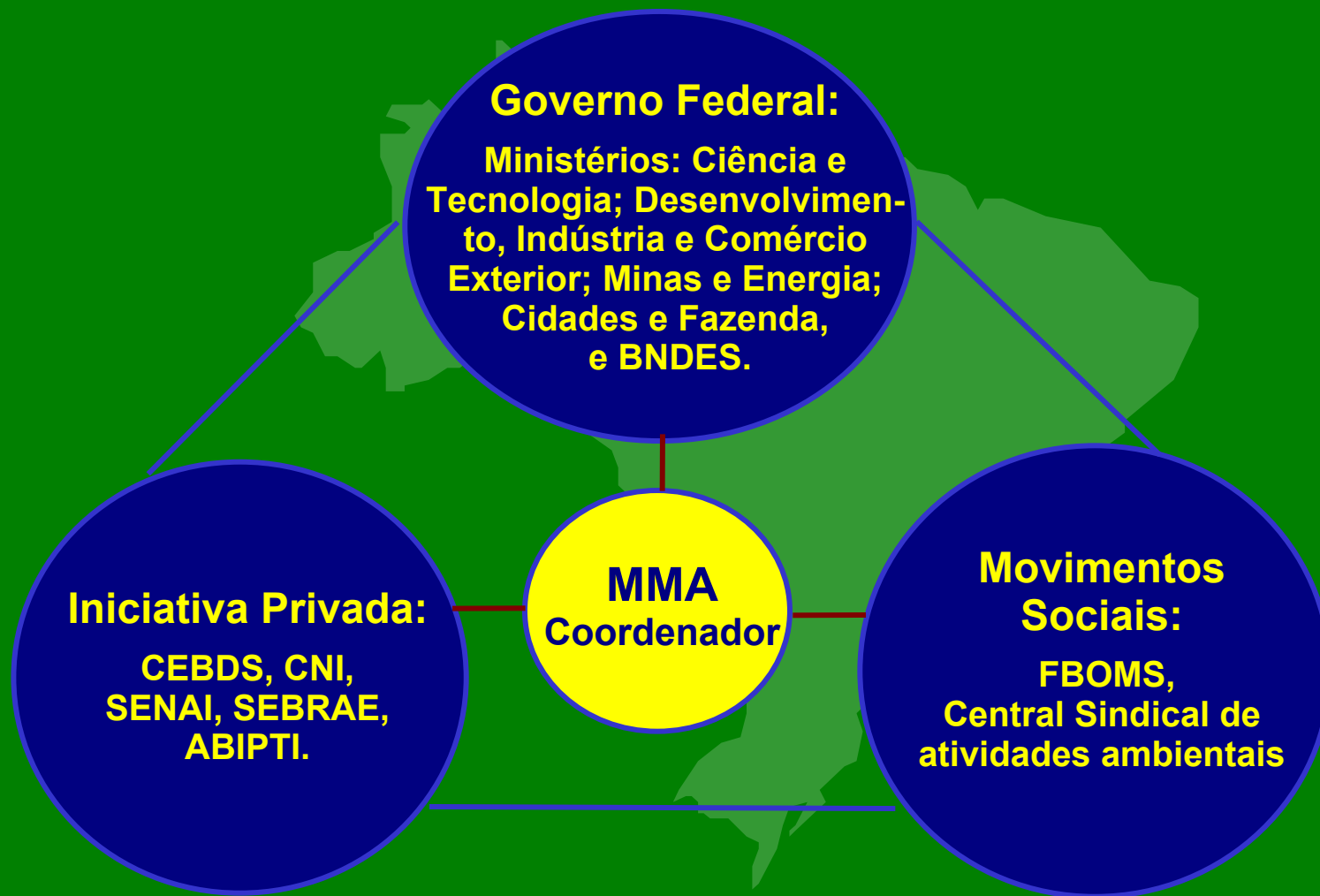
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável - CEBDS, Sistema da Confederação Nacional da Indústria - CNI, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequena Empresa - SEBRAE, Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica - ABIPTI.

## Movimentos Sociais:

- Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável - FBOMS, Central Sindical de atividades de gestão ambiental, produção mais limpa e desenvolvimento sustentável.



# Comitê Gestor de P+L:





# Ações Estratégicas:

1. Desenvolvimento da Plano estratégico de P+L.
  - a. Definir a base teórica – princípios, diretrizes, metas, atividades e ações – conceitual e prática de um Programa Nacional de Produção Mais Limpa e Ecoeficiência;
  - b. Apresentar e discutir a proposta do Plano Estratégico de P+L com as instituições representadas no Comitê e, posteriormente, para demais instituições dos setores públicos e privado da sociedade.
2. Desenvolvimento do Programa Nacional Bianual de P+L e Ecoeficiência.



## Ações Estratégicas:

3. Participação no Projeto Competitividade e Meio Ambiente – CyMA, uma parceria do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) e o Governo da Alemanha.

### Objetivo:

Instituições relevantes do setor público e setor privado cooperam para o desenho e implementação de uma estratégia para aumentar a competitividade e melhorar o desempenho ambiental, preferencialmente das PyMEs, buscando impulsionar a construção do Desenvolvimento Sustentável no MERCOSUL.



## Ações Estratégicas:

### 4. Elaboração do Documento “*Viabilização de Instrumentos Econômicos para Uma Nova Política Ambiental no Brasil*” – SDS/MMA.

#### Objetivo:

Discussão e proposição de medidas que favoreçam as condições institucionais para o desenvolvimento de atividades produtivas em parâmetros reais de sustentabilidade ambiental.

#### Grupo de Trabalho:

Ministérios da Fazenda, do Meio Ambiente, da Integração Nacional e do Trabalho e Emprego.



## Ações Estratégicas:

### 5. Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P.

Uma estratégia de construção de uma nova cultura institucional para inserção de critérios socioambientais em todos os níveis da administração pública.

É uma ação de caráter voluntário, que pretende induzir a adoção de um modelo de gestão pública que corrija e diminua impactos negativos gerados durante a jornada de trabalho. O meio de conseguir isso é o uso eficiente dos recursos naturais, materiais, financeiros e humanos.



## Público Alvo:

### Micro empresas:

- ✓ Número: 4.605.607 (93,6% do total de empresas);
- ✓ Empregos diretos: 9.967.201 (36,2% dos empregos);
- ✓ Evolução de 1996 – 2002: 55,8% das empresas e 44,9% dos empregos.

Fonte: IBGE/ CEMPRE 2002

Disponível no sítio do SEBRAE [www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)



## Público Alvo:

### Pequenas empresas:

- ✓ Número: 274.009;
- ✓ Empregos diretos: 5.789.875 (21% dos empregos);
- ✓ Evolução de 1996 – 2002: 51,3% das empresas e 42,8% dos empregos.

Fonte: IBGE/ CEMPRE 2002

Disponível no sítio do SEBRAE [www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)



# Público Alvo e Meio Ambiente:

- Retividade aos órgãos ambientais;
- Carência de informações;
- Baixa conscientização;
- Desperdícios;
- Defasagem tecnológica;
- Falta de recursos.

SEBRAE/CNI 1998



## Público Alvo e Meio Ambiente:

A pesquisa “**Gestão Ambiental na Indústria Brasileira**”, realizada em 1998 pelo BNDES, CNI e SEBRAE, envolveu 1451 empresas de todo o país, de todos os setores e tamanhos.

Os resultados revelam que as **exigências da regulamentação ambiental** são a principal razão para a adoção de práticas ambientais pelas empresas.



## Público Alvo e Meio Ambiente:

- 67% dos investimentos foram financiados com recursos próprios;
- 57,7% das microempresas não adotam qualquer prática de Gestão Ambiental;
- 40% das maiores empresas ouvidas tiveram acesso a fontes públicas de financiamentos;
- 2% das microempresas receberam crédito para investimento ambiental;

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEDAE  
Pesquisa sobre a competitividade da Indústria Brasileira.



## Público Alvo e Meio Ambiente:

- 62,4% das empresas realizaram investimentos ambientais para atender a legislação, a segunda razão mais citada foi a necessidade de melhorar a imagem junto aos consumidores.

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEDAE  
Pesquisa sobre a competitividade da Indústria Brasileira.



## Desafios:

- O longo tempo de resposta para a implementação de uma Política Nacional, em um país com dimensões continentais e multicultural como o Brasil, e a necessidade de considerar as diferenças sócio-econômico-ambientais regionais ao estabelecer uma Política Nacional de GA e P+L;
- A pluralidade de ações e instituições que atuam na área ambiental oferecendo principalmente serviços de capacitação, consultoria, e assessoria para as empresas.



## Lições Aprendidas:

- A demanda por respostas rápidas relacionadas à GA e P+L fez com que as entidades da iniciativa privada apresentassem soluções, com resultados surpreendentes, sem aguardar um direcionamento nacional. Exemplo: SENAI, SEBRAE, CNTL, CBDES e Federações das Indústrias, Universidades, entre outros;
- A experiência do trabalho conjunto com a iniciativa privada na elaboração de uma Política Nacional fez com que o MMA reconhecesse a necessidade de capacitação interna para melhor desenvolver as atividades previstas;



## Lições Aprendidas:

- A importância e expectativa demonstradas pelas instituições que atuam na área de GA e P+L sobre o papel do MMA, enquanto ponto focal, para a construção e condução da Política Nacional de GA e P+L no Brasil;
- A necessidade de articulação dos diversos setores governamentais e não governamentais no desenho e implementação de uma Política Nacional de GA e P+L formalmente constituída.



**GRACIAS!**  
**OBRIGADO!**

**Hélio M. U. Lôbo Filho**  
Técnico Especializado  
Coordenador da Unidade de P+L  
PRORISC / SQA / MMA  
[helio.lobos@mma.gov.br](mailto:helio.lobos@mma.gov.br)  
(55-61) 4009-1147  
Fax: (55-61) 4009-1944